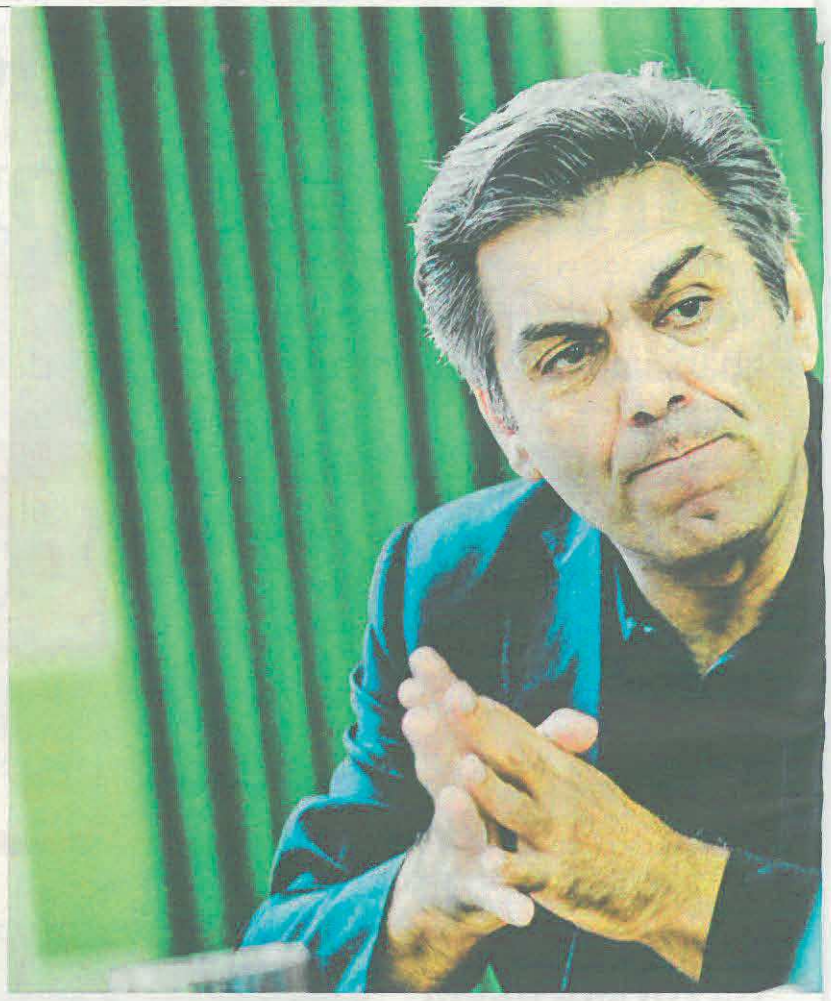
DESTAQUE

INCÊNDIOS

"Não me repugna que os bombeiros intervenham na prevenção"



Miguel Freitas O secretário de Estado das Florestas quer "derrubar os muros" entre a prevenção e o combate aos fogos florestais. E para concretizar essa ambição admite que os bombeiros possam participar na limpeza das matas

Entrevista
Manuel Carvalho

Miguel Freitas chegou ao Governo poucos dias depois da tragédia de Pedrógão e, para lá de ter em mãos a aplicação no terreno da reforma da floresta, vai ter como prioridade a recentragem dos recursos para o sector no ordenamento e na prevenção de incêndios. No futuro, os fundos europeus para a floresta vão privilegiar povoamentos onde entrem espécies autóctones ou plantações em "mosaico". No horizonte de cinco anos, garante, os gastos entre prevenção e combate estarão equilibrados e as infra-estruturas para travar o avanço do fogo concluídas.

Este ano vai ser o segundo ou terceiro pior de sempre em termos de área ardida. O que correu mal?

Creio que essa avaliação deverá ser feita *a posteriori*. Vamos aguardar para ver no momento certo o que é que podemos retirar da avaliação de todo o sistema. De qualquer maneira, vale a pena começar a olhar para isto e perceber que alguma coisa tem de mudar.

O que pressupõe que o quadro legal, institucional ou operacional não funcionou?

A prova disso é a existência de uma reforma da floresta. Havia necessidade de encontrar um dispositivo legal que permitisse avançar em termos do quadro florestal que temos. O que vale a pena nesta altura é olhar para a frente e quebrar este ciclo do fogo. E trabalhar para cinco anos. É necessário encontrar um grande compromisso relativamente à floresta.

Sempre defendeu a necessidade de se concentrar numa unidade de missão os meios e as estratégias de prevenção e combate. O Governo vai avançar com essa concentração?

O que sinto nesta altura é deixarmos de ter este conceito separado de prevenção e combate e passar para um grande conceito da protecção da floresta, porque ele permite integrar prevenção e combate. Sinto que é evidente que é necessário quebrar alguns muros que existem ainda entre o que é o dispositivo de combate e o trabalho que se desenvolve na prevenção.

O que vai acontecer a Pedrógão? Será uma espécie de laboratório da reforma florestal?

Sim. A primeira coisa que fizemos tem que ver com as questões de emergência. Estamos a trabalhar no sentido de termos um novo modelo de recuperação de áreas ardidas. Vamos trabalhar essencialmente a cobertura do solo com material da floresta triturado em zonas de encosta mais inclinada para evitar a erosão. Vamos criar vários campos de demonstração para criar novas técnicas aproveitando o que está no território. Vamos trabalhar no controlo de infestantes, uma área na qual é preciso agir rapidamente.

O dono do problema florestal não deveria ser o Ministério da Agricultura (MA), em vez de repartir responsabilidades com a Administração Interna?

Temos de trabalhar em conjunto. As soluções são discutidas no seio do Governo. Vale a pena olharmos para o que é a reforma da floresta e como ela dá contributos para melhorarmos este modelo. Em primeiro lugar, temos gabinetes técnicos florestais (GTF) de âmbito municipal. Acreditamos que temos de passar da lógica municipal para a lógica intermunicipal. No Algarve, por exemplo, temos um GTF Intermunicipal que funciona muito bem, que planeia e age em conjunto e desde 2003 que não há nenhum grande fogo naquele espaço. Foi possível quebrar o ciclo do fogo numa década.

Essa não é uma forma de o Governo central passar a responsabilidade para as autarquias?

As autarquias são um parceiro essencial para o que se pretende fazer em matéria de reforma florestal. Em primeiro lugar, no planeamento. É com planeamento que vamos lá. Planeamento com tudo o que tem que ver com os planos municipais contra incêndios, na negociação que temos de fazer relativamente à criação das centrais de biomassa, mas também na criação de brigadas de sapadores florestais.

Para lá dos gabinetes técnicos municipais, vai haver gabinetes técnicos intermunicipais?

Vamos passar da lógica dos gabinetes técnicos municipais para a lógica dos gabinetes técnicos intermunicipais.

Mas o Fundo Florestal Permanente [alimentado

MIGUEL MANSO

por uma taxa sobre os combustíveis] vai continuar a financiar gabinetes municipais?
Vamos ter um período de transição, mas o objectivo é termos apenas gabinetes técnicos intermunicipais financiados pelo Estado. Temos de fazer escolhas. Naturalmente, os municípios poderão manter os seus gabinetes, mas o financiamento será da sua responsabilidade.
Uma das medidas cruciais do Plano de Defesa da Floresta contra Incêndios, a criação de redes primárias [faixas limpas para travar o avanço do fogo] tem actualmente uma taxa de execução de 35%. Quanto tempo julga ser necessário para que essas redes estejam concluídas?
O objectivo é de cinco anos. É para isso que estamos a trabalhar.
Para se executar devidamente o plano da floresta contra incêndios, há a necessidade de duplicar as verbas para 60 milhões de euros por ano. O próximo Orçamento do Estado (OE) vai ter em conta essa necessidade?
Continuo a trabalhar num horizonte de cinco anos.
Esse horizonte começa em 2018.
Exactamente. Temos de olhar para os diferentes instrumentos que temos. Primeiro, temos o Programa de Desenvolvimento Rural [PDR 2020, que gere os fundos comunitários para os investimentos privados na agricultura e floresta]; segundo, PO SEUR [que gere os investimentos públicos na floresta]; terceiro, Fundo Florestal Permanente; e quarto, Fundo do Ambiente. Temos quatro instrumentos para trabalhar – para lá disso, temos o OE que entra nas comparticipações nacionais. Olhando para estes quatro instrumentos, verificamos que é possível ser ambicioso no investimento que podemos fazer.
Fazer mais com o que existe?
Vale a pena falarmos de coisas em concreto. Estamos neste momento a fazer a reprogramação do PDR 2020 nas Medidas Florestais. No início do mês de Setembro, as mudanças irão para consulta pública. Ainda estamos a trabalhar com um PDR programado pelo anterior Governo. No nosso ponto de vista, essa programação fez-se numa lógica de manutenção daquilo que eram os modelos florestais que vinham de trás. Temos de alterar o pensamento que temos relativamente a esta matéria. Para isso, temos de ter escolhas claras, política pública clara. A maior parte do investimento florestal, mesmo em espaço privado, é feita com o apoio de políticas públicas. Podemos fazer escolhas e temos de as fazer nesta programação. Em primeiro lugar, tudo aquilo que é investimento com interesse público evidente deve ser reforçado, e portanto vamos reforçar aquilo que tem que ver com a prevenção e defesa da floresta contra incêndios. Em segundo lugar, vamos dizer que os instrumentos têm de ser mais bem adequados aos territórios. Vamos regionalizar. Terceira ideia: mexer no tecto máximo de investimento por projecto para que possamos ter mais pessoas, mais projectos e mais territórios a beneficiar das ajudas. A criação desse tecto, que vai ser um tecto baixo, permitirá uma melhor distribuição de fundos. Mas a quarta é onde está uma inovação: vamos introduzir três sinais essenciais para aquilo que queremos construir no futuro. Primeiro, o índice de perigosidade passa a estar em todas as políticas do MA.
O investimento será alocado prioritariamente às zonas com maior risco de incêndio?
A perigosidade será um elemento essencial para todas as políticas. Para o fomento florestal, para a criação de brigadas de sapadores, para todas as políticas. E vamos introduzir dois outros critérios. A ideia de que quem fizer um investimento de uma determinada espécie, se fizer manchas de pelo menos 20% de espécies autóctones resilientes ao fogo, terá uma majoração no seu projecto. E depois a ideia do mosaico. A ideia de que quem faz uma mancha florestal numa envolvente de pelo menos 40% de área agrícola deve ter o seu projecto mais bem classificado. Vamos introduzir estes três critérios para dar sinais. Dar sinais claros.
Mas as dotações do OE para essas mudanças vão aumentar?
No anterior programa comunitário, por responsabilidade do anterior Governo, cerca de metade dos fundos das florestas foram transferidos para outras prioridades. A floresta não foi uma prioridade. Este ministro assumiu desde a primeira hora que não retiraria um tostão das medidas florestais. Mas toda a gente reconhece que essas verbas são insuficientes. Isto é o que se chama "teoria da manta curta". Não posso neste momento tirar dinheiro a outros sectores para meter no sector florestal. O que posso dizer é que aquilo que está previsto para a floresta vai ser gasto na floresta.
Mas dizia que eram precisos 60 milhões...
O que disse é que é preciso duplicar essa verba. Neste momento, gastamos 30 a 40 milhões e disse que era preciso gastar 60 milhões por ano. Há outra ideia que temos de ter como chave. Do ponto de vista anual, gastam-se cerca de 120 milhões de euros, dois terços em combate, um terço em prevenção. Em cinco anos, vamos trabalhar no sentido de equilibrar o que é investimento em prevenção e o que é investimento em combate. É com essa meta que devemos trabalhar.
Vão, portanto, mexer nas verbas que o combate consome. Não receia o *lobby* dos bombeiros?
Vivemos sempre essas ideias dos *lobbies*. Prefiro olhar para estas questões e dizer o seguinte: temos um caminho a fazer, temos escolhas claras e devemos procurar derrubar alguns mitos. Temos de trazer a lógica do combate para a prevenção. Só no momento em que conseguirmos que quem está no combate possa fazer prevenção é que conseguiremos vencer o desafio que temos pela frente.
Está à espera de que os bombeiros façam o mesmo trabalho dos sapadores florestais?
Sim. É possível encontrar um modelo integrado de prevenção e combate. Temos de fazer avançar o sistema, o que significa pensar todas essas questões.
A ideia é atribuir às corporações dos bombeiros características dos sapadores florestais?
O que digo é que não me repugna a ideia de que os bombeiros possam também ter intervenção em matéria de prevenção.

manuel.carvalho@publico.pt

Um algarvio entre as árvores

Miguel Freitas nasceu em Angola, no dia de Natal de 1960, mas o seu protagonismo público e político associa-o ao Algarve, onde se tornou uma figura do PS local. Licenciado em Engenharia Agrícola pela Universidade de Évora, com um mestrado na Escola Agronómica de Montpellier, é docente da Universidade do Algarve, função que repartiu com cargos públicos na região. Esteve na REPER, foi deputado em três legislaturas, em que manteve uma forte ligação à agricultura e florestas, e foi chamado para o Governo dias depois da tragédia de Pedrógão Grande.

> **Só no momento em que conseguirmos que quem está no combate possa fazer prevenção é que conseguiremos vencer o desafio que temos pela frente**

> **Os municípios poderão manter os seus gabinetes, mas o financiamento será da sua responsabilidade**

DESTAQUE

INCÊNDIOS

Área ardida ultrapassa os 223 mil hectares

Dados são do Sistema Europeu de Informação

Até ao momento, já arderam em Portugal 223.275 hectares com os fogos rurais que têm fustigado o país, segundo revela o Sistema Europeu de Informação sobre Incêndios Florestais (EFFIS, na sigla em inglês) no seu site na Internet.

Mais de metade desta área situa-se no Pinhal Interior Norte (59.703 hectares) e no Sul (55.344 hectares), onde, no total, o fogo consumiu mais de 115 mil hectares de floresta. A terceira região mais fustigada, segundo o EFFIS, foi o Douro, com 27.502 hectares.

Os números divulgados pela Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) no início da semana eram ligeiramente inferiores. Segundo esta entidade, desde o princípio do ano até à última segunda-feira, tinham ardido em Portugal 188 mil hectares, resultado de 12.347 ocorrências de fogo, mais 3400 do que em igual período do ano passado, durante o qual arderam 116 mil hectares. Este ano de 2017 foi o pior ano em total de área ardida nos últimos dez anos.

O EFFIS faz estimativas com base em 80% da área total ardida; os dados são depois confirmadas pelas autoridades nacionais. Assim, os totais contabilizados tendem a ser mais elevados. Nas estatísticas de área ardida divulgadas desde 1980 pelas autoridades nacionais, o ano de 2003 continua a figurar como o pior, com 425.726 hectares. Segue-se 2005, com 338.262 hectares consumidos pelo fogo. O ano de 2008 é o que apresenta melhor registo (17.244 hectares de área atingida pelas chamas).

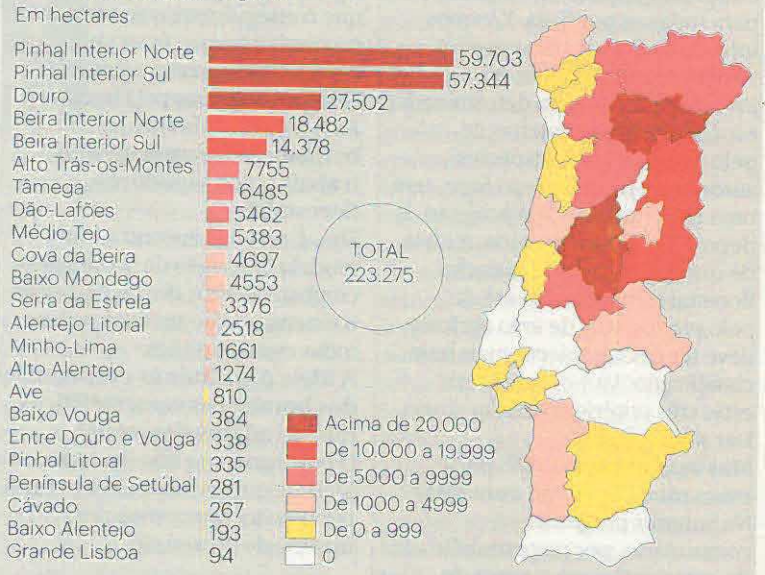
Este ano está a verificar-se um novo fenómeno, com boa parte dos incêndios a começarem durante a noite. Dos 951 que ocorreram entre os dias 22 e 28 de Agosto, 353 deflagraram durante a noite, tal como já tinha acontecido na semana anterior, segundo o comandante operacional de Protecção Civil revelou no início da semana.

Rui Esteves disse que, mais uma vez, 37% dos incêndios deflagraram à noite, sendo que essa percentagem aumentou para 42% nos dias 25 e 26.

Luciano Alvarez

Área ardida por região

Em hectares



Fonte: Sistema Europeu de Informação sobre Incêndios Florestais/Copernicus

PÚBLICO

MIGUEL MANSO

"Entre ter má floresta e não ter floresta, é preferível não ter"

Miguel Freitas afirma que as limitações à plantação de eucaliptos não vão ter impactes económicos na indústria. E afirma que o debate ideológico sobre a reforma da floresta acabou

Entrevista
Manuel Carvalho

O secretário de Estado acredita no regresso da floresta ao "centro das atenções políticas" e afirma que a operacionalização da reforma florestal exige um "compromisso" que abarca não apenas as forças partidárias, mas toda a sociedade.

O ministro da Agricultura diz que a reforma florestal é a maior desde o tempo de D. Dinis. Não é um exagero?

O importante é que temos uma grande reforma florestal. Cabe-me responder em articulação com o ministro à operacionalização dessa reforma. O ministro está convicto que esta é uma grande reforma. O primeiro-ministro está absolutamente convicto que é uma grande reforma. Com o apoio de todo o Governo e com o empenho do ministro, tenho a certeza que é possível olhar de forma diferente para as questões florestais. Estamos a assistir à possibilidade de colocar a floresta no centro das atenções políticas em termos nacionais. E isso deve-se muito ao trabalho que foi desenvolvido pelo ministro na reforma florestal.

E por causa dos incêndios...

Naturalmente. É claro que o país desperta normalmente para estas questões com os incêndios. Mas temos de olhar para a frente e procurar compromissos.

Compromissos partidários?

Em primeiro lugar, de um compromisso político. É fundamental perceber que a questão política e ideológica se fechou com a reforma florestal. Temos agora de passar à sua operacionalização e essa operacionalização passa por compromissos alargados na Assembleia da República. Mas o compromisso deve ser também social. Com os proprietários florestais, que têm deveres e obrigações. Têm de perceber que têm de cumprir as suas obrigações. Naturalmente muitos não são capazes de o fazer e têm de recorrer a modelos de organização que façam a gestão da sua parcela melhor e mais barato. Depois,

Queremos trabalhar com os autarcas para melhorar aquilo que é a gestão do espaço rural

temos de ter compromissos com os outros agentes do espaço rural. Com os pastores, com os agricultores. Muito do fogo acontece por algumas más práticas. Tem de haver também um compromisso com os autarcas. Os autarcas têm de perceber o valor que tem o espaço rural, particularmente o espaço florestal.

Não têm percebido?

Têm de perceber melhor. Não tem havido investimento municipal neste domínio. Queremos trabalhar com os autarcas para melhorar aquilo que é a gestão do espaço rural.

O diploma para a criação do Banco de Terras foi chumbado pelo PCP. Sem o Banco de Terras a coerência da reforma da floresta não fica em causa?

Era um instrumento importante para a política que queríamos implementar. Não tendo sido aprovado, temos de encontrar outras soluções. Vamos trabalhar no quadro da bolsa de terra que existe e no quadro da margem que nos permite o Código Civil.

O regime legal para a plantação de eucaliptos foi muito para lá da proposta do Governo por força do Bloco de Esquerda. Já não está apenas em causa o congelamento da área actual da espécie, mas a sua redução a prazo. Essa alteração não é mais ideológica do que ecológica ou económica?

Há aí um sinal. E o sinal político claro é a necessidade de percebermos que as espécies devem estar essencialmente onde têm elevada ou média aptidão.

Mas isso implicava uma redução da área plantada?

Já vou lá. Essa é uma questão que deve ser rigorosamente estudada. Temos cerca de 100 mil hectares de eucalipto em áreas marginais que não têm produtividade suficiente e que estão no fim de vida útil – já tiveram mais de três cortes. O que queremos fazer é passar dessa área para novas áreas com elevada ou média aptidão. A ideia-chave é melhorar a produtividade do eucalipto. Há aqui uma questão política, mas não há uma questão económica e é isso que vale a pena discutir. Passando o eucalipto de zonas marginais para zonas de maior aptidão, vamos recuperar rapidamente a produção necessária para a nossa indústria.

A Navigator Company, ex-Portucel, admite deixar de investir na floresta em Portugal e apostar na Galiza...

Essas declarações são feitas num quadro psicológico que rapidamente se ultrapassará.

Acredita que alguém vai deixar uma área de 100 hectares numa zona do interior para plantar apenas 50 no Litoral. Isso tem racionalidade económica?

Tem de pensar desta maneira: essa empresa tem hoje 100 hectares improdutivos, não tem lá nada. Se necessário e possível, queremos que eles façam a reconversão dessa área noutras espécies.

Vai penalizar o interior, onde estão as plantações menos produtivas de eucalipto?

Temos de começar a olhar para estas questões com a ideia que o país não é todo para florestar. Não é assim. Entre ter má floresta e não ter floresta, é preferível não ter.

Sempre se disse que os matos e incultos eram espaços florestais em potência...

Os matos têm a sua função ecológica. Não podemos admitir que haja floresta em todos os espaços. Estamos a fazer a revisão dos PROF (Planos Regionais de Ordenamento Florestal). Esses planos definem o que são as boas zonas para a floresta. É nesse quadro que temos de ter coragem para tomar decisões. Temos de fazer escolhas certas para não chegarmos ao Verão e ver o país a arder. A questão é esta: pensámos que podíamos ter todo o país submetido a uma monocultura florestal. Temos de alterar esse pensamento. Há escolhas, estamos a fazer um caminho para quebrar ciclos. Se a ideia é mantermos este modelo, vamos continuar a ter fogos florestais.

PUBLICIDADE